
RESISTÊNCIA ANTINEOLIBERAL NA BOLÍVIA: ECOS DAS MOBILIZAÇÕES DOS ANOS 2000

Rodrigo Santaella Gonçalves Doutor em Sociologia (UFC). Doutor em Ciências Políticas (USP). Membro permanente do programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (UECE). Professor de Sociologia no Ensino Médio, Ensino Superior e Pós-Graduação (IFCE).
Email: rodrigo.santaella@ifce.edu.br

RESISTÊNCIA ANTINEOLIBERAL NA BOLÍVIA: ECOS DAS MOBILIZAÇÕES DOS ANOS 2000

RESISTENCIA ANTINEOLIBERAL EN BOLIVIA: ECOS DE LAS MOVILIZACIONES DE LOS 2000.

Rodrigo Santaella Gonçalves

RESUMO

O presente artigo discorre sobre a história das mobilizações do início dos anos 2000, ocasionadas pelas consequências da implementação das políticas neoliberais na Bolívia e que levaram à derrocada da hegemonia neoliberal e à ascensão de grupos subalternos ao poder de Estado no país andino. Contamos essa história a partir das reflexões de um grupo de intelectuais – Comuna – que teve um papel importante no processo, ao mesmo tempo em que refletimos sobre este papel e sobre as possibilidades abertas por aquele momento de produção de novos consensos na sociedade boliviana. Se aquele momento histórico tem uma relevância em si mesmo para ser estudado, ele ganha ainda mais em importância quando relacionamos aquele período de resistência à oferecida por importantes setores da sociedade boliviana ao golpe de Estado efetuado em 2019. Neste sentido, buscamos construir a hipótese de que esse histórico recente de mobilizações contra o neoliberalismo é uma das razões de a Bolívia, diferente do Brasil, ter revertido o retrocesso neoliberal a partir do golpe, e derrotado a aliança neoliberal nas eleições de 2020.

PALAVRAS-CHAVE: Bolívia; Neoliberalismo; Comuna.

RESUMEN

El trabajo discute la historia de las movilizaciones del inicio de los 2000, ocasionadas por las consecuencias de la implementación de las políticas neoliberales en Bolivia, y que generarán la derrocada de la hegemonía neoliberal y la ascensión de grupos subalternos al poder de Estado en el país andino. Contamos esta historia desde las reflexiones de un grupo de intelectuales – Comuna – que jugó un rol importante en el proceso, a la vez que reflexionamos sobre este rol y sobre las posibilidades abiertas por aquel momento de producción de nuevos consensos en la sociedad boliviana. Si aquel momento histórico tiene una relevancia en sí mismo para ser estudiado, esta relevancia crece cuando relacionamos aquel período de resistencia a la resistencia ofrecida por importantes sectores de la sociedad boliviana al golpe de Estado efectuado en 2019. En este sentido, buscamos construir la hipótesis de que este histórico reciente de movilizaciones contra el neoliberalismo es una de las razones de Bolivia, diferente de Brasil, haber revertido el retroceso neoliberal a partir del golpe y derrotado la alianza neoliberal en las elecciones del 2020.

PALABRAS-CLAVE: Bolivia; Neoliberalismo; Comuna.

INTRODUÇÃO

A Bolívia é um dos países mais complexos e diversos do continente latino-americano. Diversas culturas, modos de produção e até ‘tempos históricos’ diferentes convivem mutuamente num mesmo território nacional: é o que o pensador boliviano René Zavaleta Mercado chamou de sociedade “*abigarrada*” (ZVALETA MERCADO, 1986, p.104). Toda essa complexidade ajuda a explicar o porquê de o país andino ter tido sempre como marcas, em sua história, a efervescência social e a instabilidade política. As mobilizações populares caracterizaram grande parte da trajetória da sociedade boliviana, deixando rastros em todo o desenvolvimento do país andino e de seus habitantes. Por outro lado, foram 190 golpes de Estado desde a independência política do país, em 1885, contando o mais recente em 2019. Tudo isso em um país de ampla maioria populacional indígena originária e profundamente marcado pela pobreza, amenizada nas últimas décadas, mas ainda muito presente. Além disso, a Bolívia foi – pouco depois do Chile de Pinochet – um dos primeiros laboratórios de implementação do neoliberalismo em países periféricos.

Existem momentos-chave na história das sociedades, em geral marcados por crises ou guerras, que se configuram como acontecimentos profundos e fundadores de modos de ser, por longos períodos: são os chamados “momentos constitutivos” (ZVALETA MERCADO, 1986, p.45). Há diversos momentos constitutivos de caráter popular da sociedade boliviana, que merecem destaque: a rebelião indígena anticolonial liderada por Tupac Katari, em 1780; a guerra federal do final do século XIX, com participação decisiva do exército liderado por Zárate, o temível Willka, que passou a pautar os direitos e a autonomia indígena, restituição das terras a seus donos originais, governo indígena, etc.; a profunda derrota na guerra do Chaco, que desmoralizou os governos oligárquicos bolivianos diante da classe operária e dos indígenas e os colocou em contato direto; e a revolução nacionalista de 1952, que unificou em suas fileiras a classe trabalhadora e os indígenas e serviu como elemento de encontro e de conformação do “nacional-popular” boliviano. A Assembleia Popular de 1971 e sua embrionária dualidade de poderes, e a crise de novembro de 1979, que recolocou os indígenas no mapa político boliviano marcado pela centralidade proletária também são momentos fundacionais da Bolívia contemporânea.

Depois das ditaduras e do período neoliberal, com a marcada derrota dos setores populares, mudanças importantes aconteceram no país. A classe trabalhadora mineira, protagonista de todas as manifestações populares da sociedade civil no século XX, sofreu uma brutal derrota com o fechamento das minas estatais, depois da “*Marcha por la Vida*”, em 1986. O neoliberalismo, com toda sua força, demarcava o fim daquela condição operária e a reestruturação de todo o mundo do trabalho no país, e no continente. Por outro lado, acentuava formas de dependência estatal com a privatização de recursos naturais, e com a crescente abertura para a ingerência econômica – e política – dos organismos de fomento, tais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Os primeiros anos do século XXI trouxeram um novo momento de ebulição social no país, e as diversas mobilizações populares que derrubaram cinco presidentes em menos de cinco anos, caracterizam também um novo momento constitutivo da sociedade boliviana contemporânea. Isso não se deve somente ao fato de terem sido essas mobilizações as impulsionadoras do clima político que permitiu a ascensão do primeiro presidente indígena ao Palacio Quemado, o líder do movimento sindical cocalero Evo Morales. Se deve, muito mais, à potencialidade criadora dos movimentos sociais que emergiram com mais força ao longo das crises políticas de 2000 a 2005, que colocaram explicitamente na ordem do dia da sociedade boliviana questões latentes que se acumulam desde os tempos coloniais e que, de uma forma ou de outra, são também elos de ligação entre todos esses momentos constitutivos citados anteriormente.

Esses momentos levaram a uma crise da hegemonia neoliberal e à consolidação paulatina de uma nova hegemonia no país, protagonizada em princípio por um programa que foi se construindo, de baixo para cima, em resistência e combate ao neoliberalismo. Neste processo, os movimentos sociais, sobretudo indígenas e camponeses, tiveram um papel fundamental. Junto com eles, diversos intelectuais também conseguiram cumprir a função de, em termos gramscianos, contribuir para a construção de um novo consenso na sociedade boliviana, especialmente o autointitulado grupo Comuna (Cf. SANTAELLA GONÇALVES, 2015). No presente artigo, exploramos a hipótese de que todo esse processo de resistência e

construção de uma nova hegemonia, em articulação constante de movimentos e intelectuais, contribuiu para a criação de condições de resistência que seriam importantes em uma nova fase de crise, posterior a 2008 e que chegou ao ápice, no caso boliviano, com o golpe institucional-militar de 2019¹.

Buscaremos, a partir de uma contextualização inicial do período mais recente de crise das democracias e de um contraste, para fins analíticos, com o caso brasileiro, contar a história dessas mobilizações antineoliberais na Bolívia do início do século XXI, a partir da ótica desse grupo de intelectuais que participou ativamente do processo. Em linhas gerais, pode-se definir o Comuna como um grupo de militantes e intelectuais, configurado principalmente pelo seu núcleo fundador, formado por Raquel Gutierrez (até 2001), Álvaro García Linera (até 2011), Luis Tapia e Raúl Prada, e posteriormente por Oscar Vega Camacho, do qual indiretamente – mas de forma bastante importante – participaram muitos outros sujeitos e grupos sociais organizados. O grupo buscava aliar a produção teórica com a militância política, respeitando as diferentes formações de cada um e os diferentes espaços políticos onde militavam, mas baseando-se em determinadas convergências, como a formação marxista e a luta contra o neoliberalismo. Apostava principalmente na vinculação com os movimentos sociais bolivianos de inícios do século XXI, tanto para interpretar os processos de crise estatal e de mobilização social na Bolívia quanto para disputar ideológica e politicamente a interpretação do país com o discurso à época dominante do neoliberalismo.

Além desta introdução, o texto se divide em três grandes partes: na primeira fazemos a contextualização e a localização do nosso problema; na segunda, contamos a história das mobilizações a partir da ótica do grupo Comuna; nas considerações finais, elencamos o que consideramos ser hipóteses explicativas interessantes para serem exploradas em próximas pesquisas.

¹ Trabalhamos aqui, a partir de um recorte temático diferente, com parte dos resultados da pesquisa realizada em 2011 e 2012 pelo autor, e apresentada na dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNICAMP, em 2013, e posteriormente publicada em livro pela Editora Alameda, em 2015, sob o título “Intelectuais em Movimento: o grupo Comuna e a construção da hegemonia antineoliberal na Bolívia”.

Contar, mais uma vez, a história da resistência boliviana do início do século sob a ótica de participantes diretos do processo seria relevante por si só. Entretanto, acreditamos que o tema ganha ainda mais relevância quando encontramos pontes entre aquela resistência e a forma como os setores subalternos da sociedade civil boliviana resistiram ao golpe de 2019 no país.

NEOLIBERALISMO E CRISE DAS DEMOCRACIAS: BOLÍVIA E BRASIL

Pelo menos desde o estalar do colapso econômico internacional de 2008, uma nova fase de crise generalizada das democracias liberais pelo mundo parece ter sido iniciada. Como demonstram diversos autores, as consequências econômicas, sociais e políticas do neoliberalismo praticado nos anos 1990 e 2000 começaram a cobrar o seu preço mais fortemente, e o questionamento legítimo de instituições democráticas cada vez mais vazias de sentido tem gerado também um caldo de cultura para o crescimento de perspectivas reacionárias. O que há de comum em diferentes abordagens sobre o tema, como as de Adam Przeworski (2020), Wendy Brown (2019), Alfredo Saad-Filho (2018) e Pierre Dardot e Christian Laval (2016), para ficar em apenas três exemplos, é a ideia de que parte importante da crise da democracia contemporânea está diretamente relacionada às consequências do neoliberalismo.

No cenário latino-americano, essa crise se manifesta de formas muito diferentes. Depois da chamada “onda rosa”, com eleição de governos críticos ao neoliberalismo (em diferentes intensidades, é verdade) entre o final dos anos 1990 e a primeira década dos anos 2000, houve uma espécie de reação neoliberal que trouxe consigo, como nos primórdios da implementação desse modelo de organização do capitalismo na América do Sul, um novo encontro explícito entre neoliberalismo e autoritarismo (RAMÍREZ, 2020, p.37).

Essa deterioração das democracias no subcontinente tem particularidades que não serão exploradas neste artigo. Para fins de contraste com o caso boliviano, nosso objeto de análise aqui, vale citarmos o caso brasileiro. Por aqui, a sequência de governos progressistas do Partido dos Trabalhadores entre 2003 e 2016 não representou exatamente uma contestação dos marcos macroeconômicos neoliberais e acabou por dar continuidade a boa parte de suas

políticas. Aparentemente, entretanto, isso não foi suficiente para evitar uma nova ofensiva neoliberal no país. Conforme as consequências da crise econômica de 2008 chegavam ao Brasil, a aliança dos setores neoliberais utilizava os limites dos governos petistas, a deterioração dos serviços públicos e o pretexto da corrupção para atacar cada vez mais radicalmente o governo de Dilma Rousseff, até chegar ao contestado processo de impeachment em 2016, que pode ser caracterizado por todas as suas contradições jurídicas como um golpe institucional (SAAD-FILHO, 2018, pp.157-160).

No caso brasileiro, o golpe de 2016 colocou no poder novamente de forma direta a aliança neoliberal no país e não enfrentou resistências significativas nas ruas. Dois anos depois, nas eleições de 2018, a população brasileira elegeu, em um segundo turno disputado contra o candidato do PT, Jair Bolsonaro, um político de extrema-direita, de traços fascistóides e que naquele momento apresentava um programa econômico radicalmente neoliberal, no que alguns autores chamam de um ultraliberalismo autoritário (Cf. MONTENEGRO, 2020). Ou seja, a resistência ao golpe de 2016 não só foi insuficiente como, dois anos depois, boa parte da população brasileira de certa forma endossou o processo eleitoralmente.

O caso da Bolívia, que ora nos interessa, parece ser bem diferente. Se o Brasil elegeu um governo de crítica mais moderada ao neoliberalismo, a Bolívia, em 2005, elegeu Evo Morales Ayma, cujo programa era veementemente crítico ao neoliberalismo, e havia sido construído fundamentalmente a partir das lutas sociais ocorridas no período anterior, como veremos adiante. Também com uma série de limites – especialmente energéticos e ambientais – na forma de buscar criar uma forma de enfrentar o neoliberalismo, os governos de Evo Morales foram consolidando um apoio muito forte nos setores populares. Entretanto, também pelos efeitos da crise econômica mundial, mas também pelas dificuldades cada vez mais aparentes de renovação política, começou a apresentar importantes dificuldades: depois de se reeleger em 2009, para o que constitucionalmente seria seu último mandato, Morales e seu partido forçaram uma interpretação que afirmava que como a nova Constituição Política havia sido promulgada em 2009, aquele era o primeiro mandato sob o manto daquela Constituição. Assim, Evo pôde concorrer novamente em 2014, no que seria seu último mandato. Entretanto,

agora com a alegação de que seria um “direito humano” a candidatura, Evo e o MAS insistiram em mais uma candidatura em 2019, num movimento que demonstrava a nítida dificuldade de renovação de quadros e lideranças.

Neste processo, já muito criticado pela oposição e inclusive por setores que nos anos anteriores compunham base de apoio dos governos do MAS pelo reconhecimento da candidatura de Evo Morales, houve a muito contestada acusação de fraude eleitoral, que deu origem a uma movimentação de alguns setores da direita boliviana em aliança com setores das forças armadas, que obrigaram não só Evo Morales a renunciar ao poder como a fugir do país, num processo que de golpe institucional que continua dividindo opiniões no país andino (WOLFF, 2020; MOLINA, 2021; SÁNCHEZ-SIBONY, 2021).

O fato é que, diferentemente do caso brasileiro, houve muita resistência e confronto nas ruas bolivianas quando o golpe se consolidou (Cf. TÓRREZ; LAZCANO, 2020; STEFANONI, 2019). Embora a resistência tenha sido insuficiente para impedir a consolidação de presidência de Jeanine Añez, pouco menos de um ano depois, o candidato Luis Arce, do MAS, apoiado por Evo Morales, ganharia as eleições com 55% dos votos, no que parece ter sido uma resposta de parcelas importantes da população boliviana ao golpe e às tentativas de retorno das políticas neoliberais. Aparentemente, a hegemonia antineoliberal na Bolívia havia adquirido uma força tal nos anos anteriores que, mesmo com todas as contradições e os limites que levaram a um desgaste dos governos Evo e do “evismo”, era suficiente para impedir uma vitória de longo prazo de setores que defendessem aquelas políticas.

Há muitos elementos que podem explicar essas diferenças na forma como parte da sociedade boliviana, especialmente os setores subalternos, reagiu ao golpe e a reação no Brasil. As diferentes composições sociais dos governos progressistas que foram derrubados, as diferentes contradições e limites que esses governos apresentavam, a composição social diferente das elites e das alianças em torno do neoliberalismo em cada um dos países, etc. Aqui, pretendemos explorar uma hipótese que coloca no peso das tradições de mobilização a explicação para a resistência, mas especialmente nas tradições de mobilização de luta contra o neoliberalismo, portanto no período mais recente.

Recontar a história de como a sociedade civil, sobretudo organizada em movimentos sociais, resistiu aos avanços neoliberais criando uma crise de hegemonia no país andino no início dos anos 2000, e como esse processo gerou uma articulação importante de setores populares com setores médios, de intelectuais com movimentos sociais, pode ser útil para pensar a resistência em 2019. Ainda que parte das alianças que se construíram naquele período tenham sido desfeitas, que alguns dos intelectuais aqui trabalhados tenham estado em lados opostos na política boliviana nos anos vindouros (alguns como parte do governo e outros como oposição), um olhar histórico para aquele momento, à luz da reflexão de intelectuais que participaram ativamente do processo, pode ser muito útil.

RESISTÊNCIA ANTINEOLIBERAL NA BOLÍVIA NO INÍCIO DOS 2000: MOVIMENTOS E INTELECTUAIS.

Não discorreremos aqui detalhadamente sobre o período neoliberal na Bolívia, como fizemos em outros trabalhos (Cf. SANTAELLA GONÇALVES, 2015), tendo como base principalmente os excelentes e praticamente definitivos trabalhos de Benjamim Kohl e Linda Farthing (2007) e Merilee Grindle (2003). Como aqui nosso objetivo é a discussão sobre o que aconteceu na resistência ao neoliberalismo, vale mencionar alguns elementos já das origens da crise desse modo de gestão do capitalismo no país.

Três fraquezas principais podem ser apontadas na construção da hegemonia neoliberal na Bolívia, e que viriam a ser decisivas para a crise do modelo, a emergência de novos sujeitos sociais e o reestabelecimento de uma luta direta entre hegemonias. A primeira se relaciona à não abolição do clientelismo na política e do governo através de pactos e grandes coalizões, que requeria a divisão clientelista de cargos entre os partidos dominantes, e que entrava em contradição com a necessidade neoliberal de diminuir o tamanho do Estado; a segunda se relaciona à dependência do sucesso econômico neoliberal da economia da cocaína; e a terceira, e a mais importante, está relacionada com a perpetuação da longa história de exclusão indígena no país, já que a “Nueva Política Económica” não incorporou a população rural e indígena na divisão nos escassos frutos que o neoliberalismo deu para as classes trabalhadoras (GRINDLE, 2003, p.83).

Os diferentes setores sociais subalternos bolivianos – operários, camponeses, indígenas e população pobre do setor informal das cidades – receberam os impactos do neoliberalismo cada um à sua maneira, mas a finais da década de 1990 já se conformava um bloco de insatisfação, e se criavam as condições para um bloco de ação na resistência e posteriormente na ofensiva contra as políticas neoliberais. A pesquisadora Sue Yamamoto mostra que

Para operários, [o neoliberalismo] significou a morte do pouco “capitalismo de Estado” que havia na Bolívia, o fim simbólico de sua grande expressão organizativa durante o século XX, a COB. Para camponeses, significou a deterioração dos preços dos seus produtos e o avanço de políticas que afetavam a economia agrária; mas, politicamente, também significou a subordinação ao imperialismo norte-americano com relação às políticas antidrogas. Para indígenas, deixou os seus territórios ainda mais vulneráveis a força externas agressivas (madeireiras, petroleiras, privatização da água, latifundiários); mas também representou um aparato estatal externo invasivo, incapaz de compreender e incorporar a territorialidade indígena. Foi a população urbana pobre, indígena e vinculada ao setor informal a que cresceu com a crise que afetou todas as temporalidades, e que passou a viver em cidades que não contavam com serviços públicos capazes de atender às suas demandas mínimas vitais (educação, saúde, moradia, emprego). (IAMAMOTO, 2011, p.60).

De todas essas formas de perceber a realidade, o programa político que surgia tinha algumas vertentes já bastante claras: exigência ao Estado da interrupção das políticas neoliberais privatizantes, da nacionalização dos recursos naturais, e garantias como reforma agrária, educação, saúde, trabalho, crédito rural, moradia, etc.; e, por outro lado, o estabelecimento de mais autonomia política para os cidadãos, de mais democracia (IAMAMOTO, 2011, p.61)

a) Guerra da água

Para compreender o tamanho dos eventos de janeiro a abril de 2000 na cidade de Cochabamba na Bolívia, que ficaram conhecidos como Guerra da Água, é preciso ter em mente que o conjunto de mobilizações se deu em meio a uma crise profunda das organizações sindicais que historicamente encabeçaram as lutas sociais no país, aglutinadas na COB (KRUSE, 2005, p.122). O neoliberalismo havia, com os ajustes estruturais a partir de 1985 e as privatizações a partir de 1993, produzido mudanças profundas no mundo do trabalho – precarização, informalidade e dessindicalização – que geraram dificuldades enormes para a organização sindical tradicional. Neste sentido, a retomada das mobilizações vitoriosas a partir de 2000 na Bolívia tem um significado grande para a história do país, e por outro lado

acende os debates sobre as formas organizativas e as questões articuladoras da mobilização coletiva.

As políticas neoliberais de privatização e incentivo à mercantilização de todas as esferas da vida não demoraram, na Bolívia, a atingir a água, um dos bens mais elementares para a sobrevivência humana. A partir de articulações do Banco Mundial e do BID com o governo boliviano, a empresa norte-americana Bretchel, articulada com algumas outras multinacionais fundou a *Aguas de Tunari* para obter a concessão da distribuição da água na região de Cochabamba e o monopólio deste serviço em diversos espaços (KRUSE, 2005). Além disso, aprovou-se a lei 2029, que regulamentava todo o processo, e a partir da assinatura do contrato no dia 4 de setembro de 1999, ainda de forma modesta, começou uma onda de mobilizações na região. A privatização da água não atingia apenas financeiramente os usuários, mas também cultural e socialmente, na medida em que pela escassez de água na região, vários tipos de iniciativa coletiva – com destaque para a dos regantes – garantem o abastecimento e as formas de utilização das comunidades. São formas comunitárias, muitas vezes dos tempos pré-republicanos, de utilização e distribuição da água, que não só são eficientes dada a inoperância estatal como também fazem parte da cultura e da tradição de várias comunidades.

As condições de vida já precárias de operários fixos e temporários, camponeses da região de Cochabamba, comunidades indígenas, desempregados, donas de casa, estudantes, e de toda a população subalterna da região tendia a piorar com a privatização da água. Essa forma tão direta e objetiva de intervenção na vida da população, depois de quinze anos de aplicação das políticas neoliberais, demarcava o limite que as camadas subalternas na Bolívia poderiam aguentar. A guerra da água em Cochabamba era o ponto de virada na hegemonia neoliberal no país (KOHL; FARTHING, 2007, p.167).

Quando se trata de tornar a água mercadoria, portanto, no caso dos habitantes da região cochabambina, mexe-se com diversas esferas de sua vida social. Justamente por isso se formou a *Coordinadora en Defensa del Agua y la Vida*, uma rede de organizações sociais de vários tipos, entre sindicatos, federações, coletivos estudantis, juntas vicinais, cooperativas de regantes, ambientalistas, etc., que foi o aglutinador e o mobilizador de todo o processo. As

relações estreitas de Raquel Gutierrez e García Linera tinham com a *Coordinadora* e seus impulsionadores colocariam o grupo diretamente dentro do processo de mobilizações da guerra da água.

Em fevereiro, depois de tentar reprimir mobilizações pacíficas e deixar dezenas de feridos e encarcerados, o governo foi obrigado a negociar a revisão da lei 2029, do contrato com a empresa e a soltura de todos os presos. As negociações não avançaram de acordo com os anseios dos movimentos, e foi organizado um plebiscito popular autônomo, que contou com mais de 50 mil votos, sendo 95% contra a empresa *Aguas de Tunari*. A partir daí foi organizada a “batalha final”, um dia de paralisações a acontecer no 4 de abril. O governo deixou o movimento esvair-se pelo cansaço, e a *Coordinadora* teve que voltar à mesa de negociação. Entretanto, seus principais dirigentes foram presos durante a negociação e isso reacendeu os ânimos da população, que ficou 7 dias consecutivos em conflito com a polícia e o exército, inclusive na região do altiplano – onde paralelamente a *Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia* (CSUTCB) organizava bloqueios massivos, assim como em algumas outras regiões. O governo declarou estado de sítio por três meses, e a COB, com os professores à frente declarou greve geral e o conflito se expandiu em La Paz (KOHL; FARTHING, 2007, p.167).

O saldo foi de muitos mortos no altiplano, um jovem morto em Cochabamba, centenas de feridos, e uma derrota política tremenda para o governo, que foi obrigado a aceitar todas as exigências da população: revogar a lei 2029, expulsar a empresa *Aguas de Tunari* e soltar todos os presos, além de pagar o tratamento dos feridos. A descrição feita pelo grupo Comuna é elucidativa:

El punto de inflexión de la movilización vendrá el momento en que los medios de comunicación transmiten la información de que hay jóvenes muertos. La población se conmociona. Desde este momento la vida está en juego y en la memoria se agolpan las seculares experiencias colectivas del peligro de muerte. Desde este momento la gente ya no hablará más de defender derechos. El discurso social que se va tejiendo en las barricadas, en las intervenciones telefónicas transmitidas por radio, en los gritos de dolor de los que cargan a los heridos y muertos, será de la sanción al estado (...) La muerte de un muchacho que pelea por un bien común como es el agua, rompe el espacio de una economía de demandas y concesiones con la que la población trabajadora y popular ha representado su tensa relación con el estado durante mucho tiempo. Con la amenaza a la vida que se cierne contra todos los que defienden el bien común, en

el imaginario popular el estado ya no es un interlocutor de demandas: es un peligro; es una amenaza a la colectividad, al sentido de comunidad que todos están defendiendo. (GUTIERREZ et.al., 2007, p.174).

As jornadas de abril representaram, da perspectiva do grupo, uma condensação de vários processos: decomposição interna no âmbito do governo devido à corrupção, incompetência e ineficácia; a crescente dependência externa e colonial do país; a acumulação política de forças sociais e populares contra a privatização da água em Cochabamba; e uma conjuntura de ofensiva da luta indígena no altiplano (GUTIERREZ et.al., 2007, p.188). Tratou-se, sem dúvida, da primeira derrota do neoliberalismo na Bolívia, depois de quinze anos de implantação desse modelo, que daria início ao processo de derrocada do projeto neoliberal tal como vigorava desde 1985.

Em abril de 2000, portanto, fica marcado um ponto de inflexão positivo nas demandas e na capacidade de mobilização dos movimentos sociais na Bolívia, especialmente os indígenas. As redes de mobilização coletiva surgidas no processo da guerra da água fizeram reaparecer com força movimentos antigos, como a CSUTCB, a *Confederación de Colonizadores*, os cocaleiros, a *Confederación de Pueblos Étnicos de Santa Cruz* (CPESC), as Juntas de Vizinhos, etc. e fomentaram ou colocaram no cenário nacional novos movimentos como a *Coordinadora*, os *Sin Tierra* e o *Consejo Nacional de Ayllus y Markas del Qullasusyo* (CONAMAQ) (GARCÍA LINERA, 2005, p.23).

b) Rebelião indígena de setembro de 2000

Logo viria o segundo golpe forte contra o governo neoliberal de Hugo Banzer. Cinco meses depois das jornadas de abril, vários sujeitos sociais insatisfeitos com as políticas neoliberais bloquearam por mais de um mês todos os acessos a La Paz. Pelo menos seis setores se organizaram e articularam para bloquear todos os caminhos. Primeiro, a população aimará do Altiplano, majoritariamente camponesa e organizada em sindicatos, e articulados também em torno das assembleias comunais; os produtores de coca do Chapare, também camponeses e sindicalizados e com representação parlamentar; os “colonizadores”, trabalhadores que foram forçados a ir ao campo, na região de Santa Cruz; a *Coordinadora* em Cochabamba; os professores sindicalizados na COB e de tradição trotskista, principalmente em La Paz (PRADA, 2001, p.96-98). A CSUTCB, especialmente na figura de seu dirigente

maior Felipe Quispe, foi fundamental para a articulação de todos esses setores, especialmente dos camponeses. Durante os 18 dias de mobilização, toda a estrutura de poder do estado foi substituída pelo sistema de autoridades comunais, que se organizava em pelo menos quatro plenárias de mais de 25 mil pessoas cada uma, por região, e através de comitês de bloqueios (GARCÍA LINERA, 2001, p.69).

As três semanas de bloqueio das estradas do principal eixo econômico do país produziram desabastecimento e grandes perdas para o Estado e deixaram mais de 20 mortos e centenas de feridos em confrontos dos manifestantes com o governo. A força das mobilizações e sua articulação entre campo e cidade e entre diversas regiões do país obrigou o governo a negociar com os camponeses do altiplano da CSUTCB, que conseguiu praticamente toda sua pauta de reivindicações, principalmente a anulação da lei de águas e da lei de terras (a *Ley INRA*), além de indenização para as vítimas, liberdade aos presos e algumas reivindicações do movimento cocaleiro que seriam revertidas posteriormente, o que levaria o movimento cocaleiro ao centro das mobilizações até o mês de dezembro, dirigidos por Evo Morales.

As jornadas de setembro configuram, da perspectiva de García Linera (2001, p.67), uma junção de penúrias contemporâneas provenientes do neoliberalismo com heranças históricas da colonização. Tapia também vê as mobilizações de setembro como uma continuação do questionamento da sociedade organizada às políticas neoliberais, mas com a incorporação profunda do eixo anticolonial nos protestos e na mobilização social (TAPIA, 2001, p.230). Pautas como a revisão da lei de terras na busca pela garantia da propriedade comunal e a garantia do cultivo da folha de coca são partes dessa incorporação, mas ela fica clara quando se nota o sujeito coletivo indígena organizado de diversas formas, em sindicatos ou *ayllus*, utilizando de seus métodos tradicionais de luta, organização e mobilização para conseguir seus objetivos.

Álvaro García Linera resume analiticamente os acontecimentos de setembro de 2000 afirmando que

El levantamiento aymara de septiembre-octubre no sólo ha sido una explosión de descontento, ni siquiera un recordatorio de que Bolivia es un país donde están

dominadas otras naciones. Ante todo, allí se han desplegado de una manera intensa, una serie de mecanismos de movilización social que, al igual que lo que sucedió en abril en la ciudad de Cochabamba, marcan pautas y tendencias para una regeneración de la política y el buen gobierno en el país, en este caso a través del *ayllu* en acción o movilización actuante de una estructura civilizatoria comunal-andina (GARCÍA LINERA, 2001, p.68).

c) Sucesso eleitoral em 2002 e a guerra do gás

Em 2002, os processos de mobilização também começaram a refletir-se nas urnas. Em janeiro, os protestos contra o decreto 26415, que fechava o mercado de folhas de coca que permanecia legal no Chapare levou a dezenas de conflitos, e à morte de dois policiais. Evo Morales, dirigente dos cocaleiros e deputado na época, foi considerado culpado pelos conflitos, e expulso do Congresso (KOHL; FARTHING, 2007, p.171). Sua popularidade cresceu neste processo, como símbolo de luta contra o imperialismo norte-americano, e com a efervescência social tomando conta das ruas bolivianas, os resultados eleitorais de 2002, com Evo Morales candidato a presidente pelo MAS, assim como Felipe Quispe, pelo MIP, foram surpreendentes. Morales teve apenas 1,5% a menos de votos que Goni, ficando em segundo lugar, e Quispe ficou com 5% dos votos. O MAS conseguiu 8 de 27 cadeiras no Senado, e 27 de 130 no Congresso, enquanto o MIP conseguiu 6 cadeiras no Congresso. Se tivessem saído em unidade, seguramente teriam vencido no voto popular para presidente, ainda que provavelmente não tivessem maioria no Congresso para eleger o presidente.

O fundamental, entretanto, que traria novos dilemas para os movimentos, era que as possibilidades de uma vitória eleitoral, centrada na via institucional, passavam a ser cada vez mais reais. Os resultados em 2002 mostraram isso essa tendência de forma clara: se optassem por essa via de forma organizada, os partidos do bloco subalterno teriam condições de chegar a governar o país. A questão era se essa era ou não a melhor via para derrotar o neoliberalismo e transformar radicalmente o Estado, mas principalmente a sociedade boliviana, o que era o objetivo principal da maioria dos movimentos.

Alguns dos fatores que contribuíram para o início da crise neoliberal foram a falta de habilidade de dois governos consecutivos em criar empregos e garantir um crescimento econômico significativo; a política agressiva de erradicação das drogas que destruiu a economia da região de Cochabamba; e a crise Argentina de 1999 que eliminou um dos grandes mercados de trabalho para os imigrantes bolivianos. Por outro lado, os grupos

indígenas mais fortes como os aimarás do altiplano com a CSUTCB, os indígenas das terras baixas de Santa Cruz e os cocaleiros do Chapare, se haviam reorganizado; o sindicato dos professores em La Paz fazia a COB sobreviver, ainda que diminuída, os movimentos sociais urbanos se articulavam e eram formados Comitês e coordenadoras entre movimentos, para lutar contra as privatizações (KOHL; FARTHING, 2007, p.149), especialmente a da água em Cochabamba, como se viu anteriormente, e a do gás em todo o país.

A chamada Guerra do Gás, marcada pelas mobilizações e bloqueios em El Alto e La Paz em setembro e principalmente outubro de 2003, se deu como continuação do processo de crise política e social que tivera início em 2000 e colocou novamente todos esses setores em luta. De certa forma, as vitórias da guerra da água foram apenas parciais e acabaram mantendo-se incompletas com o passar dos anos, já que a *Coordinadora* não se tornou uma empresa autogestionária que cuidasse da água da cidade de Cochabamba e alguns outros objetivos também ficaram incompletos. Por outro lado, entre 2000 e 2003 as mobilizações continuaram em todo o país, mas de forma fragmentada e com pouca continuidade entre elas: marchas indígenas pela instauração de uma Assembleia Constituinte – que expressaram já uma forma organizativa diferente da sindical, mais comunitarista –, bloqueios em diversas regiões do país, principalmente no Altiplano, conflitos no Chapare, paralisações de professores, bancários, marchas de aposentados, ocupações de terras, bloqueios dos cooperativistas mineiros, etc.

Entretanto, a palavra de ordem da nacionalização do gás, que combatia todas as iniciativas de privatização deste recurso, tinha o potencial de unificar todos esse setores e movimentos em torno de uma questão nacional. Em 2003, ainda estavam à frente do governo boliviano representantes diretos do neoliberalismo: a posição era não reformar nada, e radicalizar o modelo que combinava privatização e exportação, com a venda de gás para os Estados Unidos através do Chile (TAPIA, 2004, p.153). A luta contra a privatização do gás natural – recurso que abunda na Bolívia e que historicamente sempre foi exportado a preços muito pequenos – sintetizou vários planos da luta social latente na Bolívia daqueles anos: a resistência às políticas neoliberais e à globalização privatizante; a recuperação da soberania nacional diante da nova ordem mundial; a recuperação dos recursos naturais do país e a disputa por seus excedentes; a luta de classes propriamente dita, já que o movimento popular

reivindica o uso do gás para os trabalhadores, desempregados, para os pobres, numa perspectiva de distribuição social do recurso energético; por fim, como um dos principais articuladores, está o plano das reivindicações indígenas, nacionais, culturais e étnicas (PRADA, 2004, p.97). Da articulação entre todos esses planos de reivindicação e de luta política, surge fortalecida a demanda já existente por uma Assembleia Constituinte no país.

O principal antecedente em 2003 da crise de outubro foi o enfrentamento entre instituições coercitivas do Estado, a polícia – protestando por melhores condições de trabalho – e o exército – mobilizado para reprimir. Esse enfrentamento armado mostrava uma queda acentuada da coesão e unicidade estatal e apontava debilidades enormes na capacidade do Estado de seguir funcionando da mesma forma. García Linera fala de três grandes “atos” da guerra do gás. O primeiro seria a rebelião da nação aimará, cujos motivos iniciais foram a luta pelo respeito aos “usos e costumes” no exercício da justiça pelas comunidades indígenas, mas depois de uma greve de fome dos dirigentes comunitários de todo o Altiplano, veio forte a oposição à venda de gás aos mercados norte-americanos (GARCÍA LINERA, 2004, p.47). Desde 2000, com a luta pela água, havia ficado claro que os recursos naturais são parte fundamental do sistema de reprodução cultural e material das comunidades agrárias e qualquer tentativa de expropriação ou privatização destes recursos afeta diretamente a estrutura material e simbólica das comunidades camponesas indígenas (GARCÍA LINERA, 2004, p.48). Neste sentido, bloqueios de milhares de indígenas aimarás rebelados em torno de várias pautas, mas principalmente contra a venda do gás, à cidade de La Paz, marcaram todo o início daquele período. O levantamento indígena de outubro de 2003 pode ser considerado como um referendo massivo contra a venda do gás na Bolívia, mas que demonstrava a impossibilidade de permanecer pacificamente um Estado monocultural, colonialista e excludente com relação às identidades indígenas (GARCÍA LINERA, 2004, p.50).

O segundo grande ato se dá em El Alto, cidade que se localiza ao lado de La Paz, subindo a montanha, e passou de pouco mais de onze mil habitantes em 1950 para mais 700 mil em 2001 (e mais de 1,1 milhão em 2010), onde segundo Raúl Prada se condensa a sociedade boliviana como em nenhum outro lugar (PRADA, 2004, p.103). É a cidade com mais trabalhadores do país, ainda que grande parte seja no âmbito informal, contém muitas favelas e a grande maioria da população pobre e trabalhadora é também indígena. Em

outubro, da mesma forma que os indígenas camponeses, os de El Alto e os trabalhadores sindicalizados da cidade se rebelaram com as mesmas palavras de ordem, e sofrendo muita repressão das tropas governamentais. Dia 8 de outubro, a um mês já do bloqueio aimará em dezenas de estradas, se decretou paralisação total da cidade de El Alto, em defesa da recuperação da propriedade do gás pelos bolivianos (GARCÍA LINERA, 2004, p.56). A paralisação gerou uma marcha de mineiros de Huanuni à La Paz, que representou também um reencontro, nas estradas e na luta, de mineiros com indígenas, mas também de ex-mineiros que trabalhavam agora informalmente em El Alto com seus ex-companheiros de trabalho. No dia 13, um pronunciamento da *Coordinadora* sintetizava as consignas de todo o movimento: renúncia de Sánchez de Lozada; revogação da lei de hidrocarbonetos; revogação da lei privatizadora e de capitalização; devolução dos recursos naturais ao Estado, principalmente os hidrocarbonetos que estavam nas mãos das transnacionais; desmilitarização de El Alto; e interrupção imediata da repressão ao povo mobilizado (PRADA, 2004, p.124). Os 12 dias entre 8 e 17 de outubro marcaram o país com a incorporação das cidades ao conflito, e toda essa mobilização, a partir dessas consignas, gerou uma repressão brutal do Estado, com diversos massacres e mais de 70 mortos em pouco mais de uma semana.

Pobladores de todas partes, choferes, trabajadores, comerciantes, estudiantes de norte y sud, de las laderas y los barrios de clase media, de las comunidades campesinas y de las villas alejadas se autoconvocaron frente y contra a un Estado que había roto la economía de arbitrariedades y exigencias que mantenía soldada la obediencia social al gobierno. Cada barrio y comunidad marchante y bloqueante saldrá en defensa de los pobladores baleados, lo que a su vez dará lugar a nuevos muertos que convocarán a nuevos barrios, y al final, la sociedad entera estará sublevada contra un Estado cuyo único lenguaje se ha reducido a la muerte y que, por tanto, ya no tiene razón de ser, a no ser que se piense que la muerte es la razón de ser de la sociedad. Al final, la muerte había unido lo local, lo disperso, pero ante todo, había llevado a la sociedad a desconocer al gobierno (...) (GARCÍA LINERA, 2004, p.63).

A morte de muitos rompia toda a aceitação da dominação do Estado, toda a margem de legitimidade que este tinha para deter o monopólio da violência. Neste entido, depois dos massacres as mobilizações atingiam um patamar claramente antiestatal. A força crescente das mobilizações, sejam os bloqueios ou as manifestações em El Alto e La Paz, e a marcha multitudinária no dia 16 de outubro nesta cidade e em diversas outras do país fizeram com que o presidente Gonzalo Sanchez de Lozada fugisse de helicóptero da Bolívia no dia 17, renunciando à presidência do país. Estava colocada definitivamente a crise do modelo

neoliberal e o governo de Carlos Mesa, ainda neoliberal, mas de caráter mais reformista, representaria o novo patamar em que se colocaria o conflito nos próximos anos.

d) A crise de 2005

O núcleo deste “reformismo neoliberal” de Mesa era aceitar a demanda generalizada de realização de um referendo sobre a questão da nacionalização do gás, mas ao mesmo tempo sem a substituição do modelo transnacional de privatização do setor. O governo de Mesa se organizava sobre dois eixos políticos claros: a relação com o Chile, desgastada popularmente pela questão do gás, e principalmente a questão do gás em si. A primeira manobra do governo foi transformar a demanda popular de um referendo sobre a nacionalização do gás em uma consulta sobre o controle de 50% dos rendimentos, posição esta que foi compartilhada pelo *Movimiento al Socialismo* (MAS), partido que mobilizava setores amplos do campesinato e da classe média urbana, e no campo institucional representava alguns setores do campo nacional popular mobilizado nos últimos anos (TAPIA, 2005, p.155). Os movimentos não conseguiram pautar as questões do referendo e nem tampouco organizar um boicote sistemático a ele, e no dia 18 de julho de 2004 foi realizado, com resultados favoráveis à nacionalização, dentro dos limites impostos pela metodologia estabelecida². O passo seguinte do governo foi o de transformar esse apoio massivo demonstrado no referendo à opção de 50% dos rendimentos em um projeto de lei que não contemplava sequer isso (TAPIA, 2005, p.155).

Os diversos movimentos organizados, como a COB, CSUTCB, os regantes, a *Coordinadora del Gas* e a *Federación de Juntas Vecinales* (FEJUVE) impulsionaram o processo de mobilização em busca da nacionalização real dos hidrocarbonetos. A FEJUVE, principalmente, se articulou de forma a pleitear de maneira direta e exclusiva uma demanda de caráter nacional, propositiva e de conteúdo estrutural ao governo, o que marcou um salto qualitativo no movimento, de passagem da resistência defensiva ao avanço a um nível ofensivo e nacional (GARCÍA LINERA, 2005, p.57). Principalmente em maio e junho de 2005, as diversas organizações do campo nacional popular lutaram juntas, utilizando principalmente os bloqueios de estradas (até 90% das estradas do país chegaram a ser

² Para uma exposição dos dados do referendo e uma interessante interpretação deste processo, ver Arrarás, A.; Deheza G. *Referéndum del gás em Bolivia 2004: mucho más que um referendun*. Revista de Ciencia Política, v.25, n.2. Santiago: 2005.

bloqueadas simultaneamente em 2005). A FEJUVE e os indígenas camponeses aimarás lideravam politicamente a mobilização, enquanto os cooperativistas mineiros articulados em torno da COB eram uma espécie de força de choque contra a repressão, e o MAS, por sua presença nacional se encarregava de nacionalizar a disputa (GARCÍA LINERA, 2005, p.58).

Marchas em todas as estradas e a concentração de mais de 300 mil pessoas em San Francisco (maior concentração registrada na história do país), no dia 7 de junho de 2005, deixavam claro o potencial das massas mobilizadas, demandando a nacionalização dos hidrocarbonetos e a convocação de uma assembleia constituinte – já aceita pelo governo, que buscava barrá-la por outros caminhos ao longo do tempo, principalmente com as iniciativas autonomistas da oligarquia de Santa Cruz de la Sierra (TAPIA, 2005, p.102). A única saída do governo era utilizar as forças armadas, o que geraria um massacre de proporções inimagináveis, e provavelmente o racha do próprio exército, o que fez com que Mesa fosse obrigado a deixar o poder, deixando também um vazio de poder no país andino (GARCÍA LINERA, 2005, p.60). Além das mobilizações, vários partidos conservadores, especialmente o MNR, o MIR, descontentes com a política “reformista” de Mesa e substitutos imediatos em caso de queda do presidente, também articulavam nos bastidores sua saída. Quando ela aconteceu e começou a disputa pela sucessão constitucional uma nova onda enorme de mobilizações contra a possibilidade de que algum dos partidos que representassem continuidade com o regime neoliberal assumisse impediu-os de assumir: eram mobilizações mais do que contra um ou outro partido ou nome, contra todos os partidos da ordem e o programa de autonomia oligárquica, que começava a ser ventilado como contraponto à convocação da assembleia constituinte (TAPIA, 2005, p.157).

O vazio de poder – e a possibilidade de retorno dos partidos da ordem – que ficava a partir do impedimento da sucessão constitucional se dava porque os movimentos, apesar de sua força de mobilização, não tinham claramente definida uma estratégia de poder e nem contavam com um instrumento político que os representasse de forma conjunta, além do fato do parlamento estar ainda dominado pelas forças conservadoras (GARCÍA LINERA, 2005, p.61). Neste processo, o MAS, contrário à maioria das organizações populares envolvidas no conflito, era contra o fechamento do parlamento e defendia mecanismos de estabilização do regime (PRADA, 2005, p.176) e de garantia de antecipação das eleições presidenciais para o

fim de 2005. Neste sentido, o partido que ganharia as eleições em dezembro, e que viria a ser o principal símbolo da derrota do projeto neoliberal, foi justamente o único partido que defendeu no campo nacional popular a continuidade do regime de democracia representativa, tão combatido pelas organizações populares, especialmente as indígenas, mas também as urbanas operárias (TAPIA, 2005, p.155).

Aqui, abre-se espaço para uma reflexão interessante, que mostra tanto as diferenças internas do grupo Comuna quanto o papel que pode ter sido cumprido pelo MAS no final do processo de mobilizações que vai de 2000 a 2005, e que de certa forma garantiu sua vitória eleitoral no final daquele ano. Na introdução de *El Retorno de Bolivia Plebeya*, livro escrito logo depois da guerra da água no ano 2000, assinada por todos os membros do grupo à época, García Linera, Tapia, Gutierrez e Prada afirmavam que

(...) la Bolivia plebeya reemerge políticamente y desordena de nuevo el falaz consenso neoliberal. Quiebra una estrategia y una imagen de país, que se le imponía desde arriba y desde afuera. La vitalidad de la coyuntura consiste en que no sólo trata de formas de protesta y rebeldía, sino de una reemergencia popular que se levanta sobre la reconstitución y politización de un nuevo tejido social que resiste a estrategias de expansión de los ámbitos de mercantilización y privatización monopólica de los medios de vida, y en el proceso genera y regenera sus formas de deliberación y democracia local. Parece que se están montando nuevas estructuras de rebelión; si es así y esto se expande y madura, entonces hay futuro para el país (GARCÍA LINERA et.al, 2007, p. 19).

De fato, essas novas estruturas de rebelião se expandiram e amadureceram, e tiveram o potencial de articular diversos setores diferentes em um bloco subalterno nacional popular que colocou em crise a dominação neoliberal e as formas de democracia representativa típicas do capitalismo. Num contexto no qual existia um vazio de projeto de poder consistente por parte da maioria das organizações, uma delas – o MAS – a partir do campo popular, cumpriu o papel de defender justamente o regime de democracia representativa e passar a disputar o Estado prioritariamente a partir de suas regras, vislumbrando a possibilidade de governar o país. Em um contexto onde não há um projeto claro de poder por parte do campo subalterno, pode-se argumentar que era a única opção, mas as regras da democracia representativa burguesa mantêm em grande medida a exclusão de diversos setores importantes da sociedade boliviana, como os indígenas em suas próprias formas organizativas, no que diz respeito às formas de participação, além de limitar o potencial dessas novas formas organizativas de pautarem o desenvolvimento e as novas formas de gestão da sociedade a partir do Estado ou

por fora dele. Dentro do grupo Comuna, Álvaro García Linera encarnava o principal defensor dessa posição mais próxima ao MAS, enquanto Gutierrez – que afastou-se do grupo ainda durante o processo de mobilizações –, Prada e Tapia mantinham uma posição mais crítica.

e) Grupo Comuna no processo

De acordo com os relatos de todos os seus membros, os principais objetivos do grupo eram políticos, no que diz respeito a travar uma batalha no campo das ideias contra a hegemonia e o consenso neoliberais. Era necessário encontrar formas de potencializar essa plataforma intelectual política comum em um momento em que o discurso dominante era praticamente absoluto, a partir dos objetivos em comum, respeitando as diferenças e atuando como um grupo de convergência de intelectuais provenientes de distintos espaços de militância (GARCÍA LINERA, 2012). Tapia falava de “travar a batalha de ideias contra o neoliberalismo”; García, de “ajudar a compreender o momento histórico”; Gutierrez, da busca “de disputar pelo senso comum da dissidência”; Oscar Vega, da necessidade de “criar um espaço aberto e crítico de reflexão”; Prada, da “necessidade de aglutinar a crítica”. Todos falam de um objetivo que é, ao mesmo tempo teórico e político, de pensamento e de ação, no que diz respeito à fundação do grupo, já antes do processo de mobilizações começar no ano 2000.

A partir do ponto de inflexão do ano 2000 com a guerra da água, entretanto, o objetivo político do grupo se intensificou. Com o bloqueio aimará e as mobilizações em Cochabamba, principalmente Raquel Gutierrez e Álvaro García Linera, que tinham muitos vínculos estabelecidos na militância com diversos dos setores em luta, passaram a pensar como os espaços amplos gerados pelo Comuna poderiam contribuir para dinamizar o processo de lutas, as discussões, e as posições políticas que estavam emergindo (GUTIERREZ, 2012). Neste sentido, o grupo Comuna passava a discutir as questões dos movimentos e os processos que estavam ocorrendo com um público bastante heterogêneo nas cidades, amplificando o alcance dos debates e contribuindo para que se continuasse aprofundando um senso comum crítico da dissidência e da luta que começava a brotar em distintos lugares do país (GUTIERREZ, 2012). Essa amplificação era buscada através dos espaços de debates promovidos, mas também da utilização dos meios de comunicação aos quais o grupo tinha acesso, como o Canal Universitário, dos livros propriamente ditos e seus eventos de divulgação, além de

disciplinas, mestrados, cursos e outras iniciativas pensadas coletivamente para serem efetivadas nas universidades, com o intuito – uma das prioridades do grupo – de trabalhar com os jovens.

Mesmo não sendo o único, por ter sido contemporâneo e articulado de forma mais ou menos direta com os movimentos envolvidos, o discurso do grupo cumpriu um papel importante para a substituição do discurso liberal e ganhou bastante visibilidade na sociedade (TAPIA, 2012). À diferença do pensamento político que se produzia à época, o grupo Comuna produzia teoria a partir de uma valoração positiva da ação dos movimentos, o que gerava reações importantes em vários setores da sociedade.

Os membros do grupo Comuna não eram intelectuais orgânicos dos movimentos sociais, em sentido estrito gramsciano. Eram professores universitários, com vínculos históricos com esses movimentos e inclusive participação em movimentos – como o EGTK, por exemplo – ao lado de militantes e intelectuais orgânicos dos movimentos em luta contemporâneos, mas não se tratavam neste momento histórico de disputa ideológica com o neoliberalismo de militantes orgânicos destes movimentos. Entretanto, no que diz respeito ao bloco subalterno que vinha sendo conformado na situação, Kohl e Farthing afirmam o seguinte:

Weakening class-based struggle combined with the crisis of the political left to create a void that was steadily filled by other social actors – many of whom lacked well established institutionalized organizational forms – including campesino and indigenous organizations, urban social movements and universities (KOHL; FARTHING, 2007, p.154).

Neste sentido, se pode pensar o grupo Comuna como parte dos intelectuais orgânicos do bloco que se estava conformando aos poucos, e que tinha como protagonistas absolutos os movimentos sociais camponeses e indígenas, e os movimentos urbano-populares, mas que contava também com a participação das camadas médias subalternizadas pelas políticas neoliberais como os professores universitários. No processo de lutas, tudo nascia da ação dos movimentos sociais, que encontravam posteriormente ferramentas teóricas que consolidavam e divulgavam as ações, fornecendo uma interpretação articulada do que estava acontecendo, e isso por sua vez fortalecia a ação dos movimentos, criando-se uma espécie de dialética entre ação e pensamento da qual o Comuna era parte (GARCÍA LINERA, 2012).

Depois de tornar-se mais conhecido na sociedade e no debate intelectual boliviano, o grupo seguiu com suas sessões de debates e publicações de forma bastante regular até 2006, quando a participação de Álvaro García Linera nas eleições na chapa presidencial do *Movimiento al Socialismo* (MAS), a convite de Evo Morales, o levou à vice-presidência do Estado boliviano. Muito mais do que isso, era a eleição um governo de cunho popular, o primeiro presidente indígena num país de amplas maiorias indígenas, fruto das mobilizações dos movimentos sociais acompanhadas e teorizadas pelo grupo Comuna, que por sua vez era considerado por grande parte da sociedade boliviana como ideólogo deste processo. Tudo isso não podia passar em branco para o posterior desenvolvimento do grupo.

Alguns meses depois do MAS assumir o governo, os debates promovidos pelo Comuna, que haviam se tornado um espaço bastante democrático para discutir diretamente com um dos protagonistas de todo o processo as políticas governamentais, diminuíam paulatinamente e depois são realmente interrompidos por volta de 2009. Neste meio tempo, a vice-presidência da Bolívia promove também debates que se assemelham àqueles do grupo Comuna, com a presença deles, de movimentos sociais, intelectuais estrangeiros, etc.

Depois de 2005, com o lançamento de *Horizontes y límites del estado y el poder*, onde o grupo já debatia as possibilidades de vitória eleitoral da esquerda e algumas diferenças políticas começavam a surgir ou a ficar mais claras, lançaram apenas mais dois livros coletivos, com o núcleo fundador – à exceção de Raquel Gutierrez e com Oscar Vega Camacho. Os livros são *La transformación pluralista del Estado*, de 2007, no qual algumas diferenças ficam ainda mais explícitas em propostas concretas para a reestruturação do Estado boliviano, e depois em *El estado. Campo de lucha*, de 2010, que segue a mesma lógica. No prólogo de 2005, Vega Camacho afirma que

Los ensayos aquí reunidos continúan un espacio de diálogo y pasión crítica iniciado hace varios años por afinidades teóricas, debates políticos y una amistad comprometida, las diferencias y disonancias entre los intereses y las posiciones han enriquecido más en la producción de un espacio crítico y plural junto a las sesiones de los lunes de Comuna. (CAMACHO, 2005, p. 6-7)

Entretanto, essa convivência democrática e afetiva entre as diferenças políticas não resistiria muito tempo às pressões e à grandeza dos debates, a partir do momento em que o MAS ganha as eleições. Objetivamente, García Linera assume a vice-presidência e ganha uma projeção nacional muito grande, o que conseqüentemente passa a gerar uma associação

imediate do grupo Comuna ao governo de Evo Morales. Raúl Prada foi membro da assembleia constituinte, com uma perspectiva de apoio ao governo até meados de 2009, enquanto Luis Tapia nunca participou do governo, tendo sido sempre bastante reticente com relação ao MAS, desde antes das eleições de 2005. Ambos são oposição até os dias de hoje. Raquel Gutierrez, é uma ferrenha crítica à esquerda do governo de Evo Morales desde o início, como fica claro em todas as suas manifestações públicas sobre o tema. Oscar Vega tem, também desde o início até atualmente, uma posição de apoio cada vez mais crítico ao governo.

Em todo esse processo de construção e de debate teórico e ideológico vinculado aos movimentos sociais bolivianos no início do século, o grupo Comuna sem dúvida cumpriu um papel importante nessa conjuntura. Alguns elementos deixam isso claro: a grande repercussão política e acadêmica de seus livros; o fato de ter sido objeto de críticas contundentes de correntes conservadoras; a participação ativa de seus membros nas mobilizações e, a partir de 2006, nos debates acerca dos rumos do governo e da assembleia constituinte; a atuação como protagonistas do próprio governo; além de elementos acadêmicos como a adição de um módulo de “Pensamento do grupo Comuna” na disciplina de pensamento político boliviano da Universidad Católica da Bolívia, em La Paz (ROJAS, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mobilizações bolivianas do início dos anos 2000 foram fundamentais para manter uma tradição de mobilizações já existente na sociedade boliviana e para criar uma hegemonia antineoliberal no país andino. Conforme demonstramos em outro momento (SANTAELLA GONÇALVES, 2015), o grupo Comuna cumpriu um papel importante na articulação entre a luta dos movimentos sociais e a produção de um consenso antineoliberal – em termos gramscianos – na sociedade boliviana.

O processo gerado a partir dessas mobilizações chegou ao poder representado pelo MAS em 2005 e, de certa forma e em diversos aspectos, foi se desgastando nos anos seguintes, criando as condições para o fortalecimento de uma articulação neoliberal, agora liderada pela extrema-direita no país, que conseguiu chegar ao poder com o golpe de 2019. A hipótese que tentamos levantar aqui é a de que essa tradição de mobilização antiga, mas

sobretudo essa herança recente das mobilizações do início do século XXI, nas quais movimentos sociais se articularam com um grupo de intelectuais que viria a ter papel importante no “*proceso de cambio*” boliviano, contribuiu decisivamente para a resistência ao golpe e para o impedimento de uma consolidação da extrema-direita e da articulação neoliberal no poder.

Esse elemento pode ser interessante para pensar os limites das resistências ao avanço da extrema-direita e do neoliberalismo em outros casos, especialmente o brasileiro, desde 2016. No Brasil, a resistência ao neoliberalismo veio de forma menos conflituosa, menos agressiva e muito mais canalizada em disputas eleitorais. Além disso, a eficiência na cooptação de diversos movimentos sociais por parte dos governos progressistas parece ter sido maior no caso brasileiro. Aqui talvez estejam algumas hipóteses explicativas para pensar as dificuldades de resistência no Brasil.

Por outro lado, a resistência de base construída a partir da luta constante dos movimentos sociais na Bolívia, articulada com a produção de um discurso de contestação, gerou uma percepção geral antineoliberal na sociedade boliviana, que se materializou em elementos de programa político. Mesmo com as contradições e limites da implementação desse programa nos anos de governo de Evo Morales (2006-2019), a hegemonia antineoliberal estava consolidada. Neste sentido, não havia espaço para um retorno de longo prazo ao poder dos setores que encampam esse tipo de política. Seguramente, o que acontecerá no país andino nos próximos anos tem a ver com a capacidade de manutenção dessa tradição de lutas e, principalmente, com a capacidade de reinvenção, em conexão com essas lutas, dos setores que representaram politicamente, o conjunto de movimentos que contestou o neoliberalismo no país. Neste processo, como nos anos 2000, os intelectuais continuarão a ter um papel fundamental, não só de contar a história a partir de dentro, mas sobretudo de produzir interpretações que “traduzam” os acontecimentos e que sejam capazes de produzir novos consensos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**. São Paulo: Politeia, 2019, p.9-32;

CAMACHO, Oscar Vega. El tiempo vivo de la educación. In: PRADA, Raúl; VEGA, Oscar; TAPIA, Luis; GARCÍA LINERA, Álvaro. **Horizontes y límites del estado y el poder**. La Paz: Muela del Diablo, 2005, pp.113-132;

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Introdução à edição inglesa. In: DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016

GARCÍA LINERA, Álvaro. La lucha por el poder en Bolivia. In: PRADA, Raúl; CAMACHO, Oscar Vega; TAPIA, Luis; GARCÍA LINERA, Álvaro. **Horizontes y límites del estado y el poder**. La Paz: Muela del Diablo, 2005, pp.11-76;

_____. Sindicato, multitud y comunidad. Movimientos sociales y formas de autonomía política en Bolivia. In: GARCÍA LINERA, Álvaro; GUTIERREZ, Raquel; PRADA, Raúl; QUISPE, Felipe; TAPIA, Luis. **Tiempos de Rebelión**. La Paz: Muela del Diablo, 2001, pp.9-82;

_____. La crisis del estado y las sublevaciones indígena-plebeyas. In: TAPIA, Luis; GARCÍA LINERA, Álvaro; PRADA, Raúl. **Memorias de octubre**. La Paz: Muela del Diablo, 2004, pp.27-86;

_____. La lucha por el poder en Bolivia. In: PRADA, Raúl; CAMACHO, Oscar Vega; TAPIA, Luis; GARCÍA LINERA, Álvaro. **Horizontes y límites del estado y el poder**. La Paz: Muela del Diablo, 2005, pp.11-76;

Entrevistado por Rodrigo Santaella Gonçalves. La Paz: 14/11/2012;

GARCÍA LINERA, Álvaro; GUTIERREZ, Raquel; PRADA, Raúl; TAPIA, Luis. **El retorno de la Bolivia plebeya**. La Paz: Muela del Diablo, 2ed., 2007 (2000);

GUTIERREZ, Raquel. Entrevistada por Rodrigo Santaella Gonçalves. Cidade do México-Campinas (chamada virtual): 21/11/2012;

GUTIERREZ, Raquel; GARCÍA LINERA, Álvaro; TAPIA, Luis. La forma multitud de la política de las necesidades vitales. In: GARCÍA LINERA, Álvaro; GUTIERREZ, Raquel; PRADA, Raúl; TAPIA, Luis. **El retorno de la Bolivia plebeya**. La Paz: Muela del Diablo, 2ed., 2007 (2000), pp.143-194;

GRINDLE, Marilee. **Shadowing the past? Proclaiming Revolution: Bolivia in Comparative Perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003;

IAMAMOTO, Sue A. S. **O nacionalismo boliviano em tempos de plurinacionalidade: revoltas antineoliberais e constituinte (2000-2009)**. Dissertação de mestrado. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, 2011

KOHL, Benjamin; FARTHING, Linda. **Impasse in Bolivia**. Londres: Zed Books, 2007;

KRUSE, Thomas. La Guerra del agua en Cochabamba, Bolivia: terrenos complejos, convergencias nuevas. In: TOLEDO, Enrique de la Ganza. **Sindicatos y nuevos movimientos sociales en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, pp.121-161;

MOLINA, Fernando. Golpe o fraude? 2019 sigue polarizando a Bolivia. **Nueva Sociedad**. Disponível em https://nuso.org/articulo/Bolivia-Arce-MAS/?utm_source=newsletter&utm_medium=email

MONTENEGRO, David Moreno. Ultraliberalismo Autoritário e o Aprofundamento da Dependência: o governo de extrema direita no Brasil no contexto da crise latino-americana. In: FARIA, Fabiano G.; MARQUES, Mauro L. B. **Giros à Direita: análises e perspectivas sobre o campo líbero-conservador**. Sobral-CE: SertãoCult, 2020, pp.46-70;

PRADA, Raúl. La fuerza del acontecimiento. In: GARCÍA LINERA, Álvaro; GUTIERREZ, Raquel; PRADA, Raúl; QUISPE, Felipe; TAPIA, Luis. **Tiempos de Rebelión**. La Paz: Muela del Diablo, 2001, pp.83-162;

_____. Política de las multitudes. In: TAPIA, Luis; GARCÍA LINERA, Álvaro; PRADA, Raúl. **Memorias de octubre**. La Paz: Muela del Diablo, 2004, pp.87-136;

_____. Estado periférico y sociedad interior. In: PRADA, Raúl; CAMACHO, Oscar Vega; TAPIA, Luis; GARCÍA LINERA, Álvaro. **Horizontes y límites del estado y el poder**. La Paz: Muela del Diablo, 2005, pp.133-215;

_____. Entrevistado por Rodrigo Santaella Gonçalves. La Paz, Bolívia, 23/03/2012

PRZEWORSKI, Adam. **Crises da Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020;

RAMÍREZ, Hernán. Neoliberalismo e (neo)autoritarismo: uma perspectiva de longo prazo a partir de casos do cone sulda América Latina. In: FARIA, Fabiano G.; MARQUES, Mauro L. B. **Giros à Direita: análises e perspectivas sobre o campo líbero-conservador**. Sobral-CE: Sertão Cult, 2020, pp.20-45;

ROJAS, Farit. Entrevistado por Rodrigo Santaella Gonçalves. La Paz, Bolívia, 28/03/2012;

SAAD-FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. **Neoliberalism versus democracy**. Londres: Pluto Press, 2018, pp.144-173;

SÁNCHEZ-SIBONY, Omar. Competitive Authoritarianism in Morales's Bolivia: Skewing Arenas of Competition. **Latin American Politics and Society**, v.63, n.1, pp. 1–27, <https://doi.org/10.1017/lap.2020.35>.

SANTAELLA GONÇALVES, Rodrigo. **Intelectuais em movimento: o grupo Comuna e a construção da hegemonia antineoliberal na Bolívia**. São Paulo: Alameda, 2015;

STEFANONI, Pablo. Boliviadespués de Evo. **Fundación Carolina**. N.29, 2019, pp.1-11. Disponível em: <https://www.fundacioncarolina.es/wp-content/uploads/2019/11/AC-29.pdf>

TAPIA, Luis. El movimiento de la parte maldita. In: GARCÍA LINERA, Álvaro; GUTIERREZ, Raquel; PRADA, Raúl; QUISPE, Felipe; TAPIA, Luis. **Tiempos de Rebelión**. La Paz: Muela del Diablo, 2001, pp.215-242

_____. Izquierdas y movimiento social. In: TAPIA, Luis; GARCÍA LINERA, Álvaro; PRADA, Raúl. **Memorias de octubre**. La Paz: Muela del Diablo, 2004b, pp.137-179;

_____. El presidente colonial. In: PRADA, Raúl; CAMACHO, Oscar Vega; TAPIA, Luis; GARCÍA LINERA, Álvaro. **Horizontes y límites del estado y el poder**. La Paz: Muela del Diablo, 2005, pp.77-112;

_____. Entrevistado por Rodrigo Santaella Gonçalves. La Paz, Bolívia, 29/03/2012;

TÓRREZ, Yuri.; LAZCANO, Emma. Evo, no estás solo. **Revista Eurolatinoamericana de Análisis Social y Político**, v. 1, n. 1, p. 261-275, 1 jun. 2020;

WOLFF, Jonas. The Turbulent End of an Era in Bolivia: Contested Elections, the Ouster of Evo Morales, and the Beginning of a Transition Towards an Uncertain Future. **Revista de Ciencia Política**, 28 ago. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4067/S0718-090X2020005000105>.

ZAVALETA MERCADO, René. **Lo Nacional-Popular en Bolivia**. Cidade do México: Siglo XXI, 1986.

Artigo recebido em jan. 2022. Aprovado em mar. 2022.